

The logo for 'acep' is displayed in white lowercase letters on a dark red rectangular background. The background of the entire page is a textured, brownish-grey fabric with several red embroidered patterns, including a wavy line at the top, a central cross-like shape, and various geometric and floral motifs in the corners and along the sides.

acep

Relatório de Actividades e Contas 2012

ACEP 2012

No relatório de 2011 identificámos um conjunto de perguntas - não as únicas perguntas possíveis, mas aquelas que nos eram sugeridas pela leitura que fazíamos do contexto à volta.

Neste início de 2013 e olhando o ano precedente é clara a ausência de respostas colectivas àquelas perguntas, apesar de algumas tentativas nesse sentido ao nível da Plataforma das ONGD e em grupos de trabalho especializados em que a ACEP tem vindo a participar de forma pró-activa: questões como o debate sobre identidade, sobre a ética e a governação interna, sobre qualidade da sua intervenção, enquanto Organizações da Sociedade Civil, por um lado; ou a pesquisa e a advocacia sobre a coerência da política pública de cooperação pelo desenvolvimento, por outro. O aprofundamento da crise em Portugal e na Europa, o descrédito sobre os caminhos propostos e as consequências muito negativas em grande parte da população portuguesa colocam desafios mais evidentes à necessidade de olhar e discutir globalmente o cumprimento dos direitos

humanos, incluído o direito ao desenvolvimento, sem um enviesamento geográfico (mas sem que isso sirva para ocultar que continua a haver geografias de exclusão). Ao longo das páginas deste relatório iremos procurar dar conta das contribuições que, individualmente ou com outros, fomos construindo.

Destacaremos por isso alguns domínios em que nos parece que o trabalho realizado foi particularmente desafiante ou gerador de impactos, por vezes não previstos à partida. Domínios como o da investigação aplicada às nossas áreas de intervenção (por exemplo sobre os 10 anos de Cooperação Portuguesa, no âmbito do Grupo Aid Watch da Plataforma, ou sobre modelos de intervenção no trabalho com crianças em situação de exclusão nos países da CPLP), o campo da construção de novas abordagens às parcerias e à construção de redes temáticas, tanto no trabalho realizado em Portugal como no de Cooperação internacional, o aprofundamento de uma visão e estratégias para a sensibilização e a promoção dos direitos humanos, formas de trabalhar em situação de maior risco ou de fragilidades de vária ordem

(em particular no contexto da Guiné-Bissau, mas não só), são domínios que irão ser destacados neste documento.

O ano de 2012 foi extremamente contraditório: por um lado, foi um ano de muita qualidade interna na ACEP, ao nível dos projectos, dos produtos elaborados, das parcerias e também do reconhecimento externo; mas, ao mesmo tempo, assistimos a recuos graves no domínio da estabilidade no acesso a recursos para áreas de trabalho em que a ACEP tem competências e mais-valias reconhecidas (em particular no domínio da sensibilização da opinião pública portuguesa e da advocacia, onde os recuos foram esmagadores). Ao longo de 2012 agravaram-se de facto os efeitos conjugados de duas mudanças muito negativas: a redução de perto de 60% dos fundos da Cooperação Portuguesa disponíveis para as ONGD e, em simultâneo, a alteração das “regras do jogo”, com exclusão de organizações e projectos, de forma a que passassem a “caber” dentro das novas limitações financeiras. Esta alteração das regras passou pela introdução de um condicionamento de acesso a fundos portugueses centrado nos projectos que tenham

garantidos 75% de financiamento europeu. Estas duas alterações gravosas tiveram como efeito a redução dos montantes a que a ACEP teve acesso, seja por redução do bolo global para as ONGD, seja por exclusão do acesso a fundos para projectos (sobretudo em Portugal) devida às mudanças nas condições de financiamento. Para se ter uma ideia do que isto significa, basta referir que o montante de novos fundos públicos a que a ACEP teve acesso em 2012 foi reduzido em cerca de 40% relativamente ao ano anterior, recuando para os níveis de há cerca de 8 anos... Esta situação será mais detalhada no capítulo financeiro deste documento, mas ela é suficientemente importante, pelos riscos que coloca à organização, que deve aqui ser destacada devido aos seus impactos nos anos subsequentes. E no contexto actual, sejamos claros, no actual quadro de competição por fundos europeus, em particular no âmbito da chamada Educação para o Desenvolvimento, um maior acesso por parte de uma ONGD com a ACEP não é uma questão de “melhorar a formação” ou “dominar as técnicas das candidaturas”. Assim como a resposta não é a de

adoptar a estratégia de parcerias transnacionais, pois não é correcto considerar que elas permitem fazer todo o tipo de actividades que vimos fazendo e que constituem nossas reconhecidas qualidades e factores de diferenciação. Veja-se, por exemplo, mais adiante, as qualidades e impactos de um projecto como o “Alfabeto do Desenvolvimento” (desenvolvido em parceria com um centro de investigação, o CEsa/ISEG, e uma associação de desenvolvimento local, a In Loco e) e procuremos responder à questão de saber se aquele seria um projecto passível de desenvolver em parceria transnacional e assim ter oportunidades de co-financiamento europeu. E a resposta é seguramente que não! É evidente que haverá outras organizações mais penalizadas, por factores diversos que não cabe aqui analisar. No entanto, no seu conjunto, pode dizer-se que o campo não-governamental da cooperação para o desenvolvimento e da sensibilização da opinião pública, que vinha aprofundando competências ao longo dos anos, está a correr riscos de sofrer um retrocesso muito considerável. E as razões não serão

estritamente financeiras: a ausência de um compromisso político firme e independente dos ciclos eleitorais, com o Desenvolvimento e nesse quadro, de um compromisso com as condições favoráveis à participação da Sociedade Civil e também o desgaste que tal introduz nas capacidades e motivação das instituições, públicas e privadas, são problemas de natureza diferente das limitações financeiras. Mas também no domínio do financiamento mais se poderia fazer, ao nível da gestão dos recursos, da procura de complementaridades e na de fontes adicionais de financiamento. Para tal, e para além da convicção, impõem-se atitudes de abertura, realismo e mecanismos de incentivo adequados.

O campo e as instituições da Cooperação para o Desenvolvimento espelharam em 2012 também uma grande fragilidade, com indefinições, fusões e algumas demissões. As limitações de recursos financeiros não explicam a maior parte dos problemas: estamos de facto perante uma visão utilitarista da Cooperação (em benefício da internacionalização da economia ou da língua) e não perante uma política com estatuto próprio.

Esta visão arrisca-se a afirmar-se cada vez mais como uma visão ideológica e não como uma política conjuntural e uma necessidade face a um contexto difícil. O papel das ONGD, enquanto Organizações da Sociedade Civil, precisa assim

de ser aqui reforçado, provocando debate, afirmando princípios éticos, propondo caminhos alternativos que garantam uma co-responsabilização pela realização da justiça social e dos direitos humanos para todos. O

debate sobre o pós-2015 é claramente uma oportunidade. E para tal as ONGD têm que ter a sua “casa arrumada”, em termos de clarificação do que as move e na base de que normas e princípios.

DO RELATÓRIO DE 2011

PERGUNTAS

- _ Se consideramos que a crise actual é muito mais do que económico/financeira - mas inclui cultura, valores, relações,- a cooperação para o desenvolvimento pode ser mitificada como “o fardo do homem branco” (W.Easterly)? Ou antes como uma oportunidade de todos nos confrontarmos com os actuais modelos de desenvolvimento em busca de novos paradigmas, e novas formas de vida colectiva mais inclusivas, igualitárias e sustentáveis?
- _ Concretamente em Portugal, que sistemas de aprendizagem, interna ao campo da cooperação para o desenvolvimento, num primeiro momento, e alargados à sociedade política e da informação, num segundo momento, serão mais adequados a este novo desafio? Serão as ONGD capazes de ser um certo motor deste processo, já que são as únicas instituições cuja missão, fins e redes de pertença estão centrados neste campo?
- _ Que outros elementos de legitimação se revelam então como indispensáveis às ONGD? São aqui determinantes e suficientes as suas competências técnicas sobejamente demonstradas? Ou exige-se-lhes uma revalorização da sua natureza de sociedade civil organizada, coerente com a assunção de deveres e direitos de questionamento independente, de participação e de voz?
- _ Como podem as ONGD cooperar na construção de sistemas de governação mais democráticos e transparentes e na respectiva monitoria - entre si e os seus parceiros por um lado, e alargados aos outros stakeholders deste campo, por outro - de forma a tornar o diálogo mais efectivo, as bases de poder mais equilibradas, a partilha dos riscos e das responsabilidades mais clara?
- _ Serão os responsáveis das ONGD (e também de outras instituições do campo) capazes de criar a oportunidade para que os talentos humanos das suas organizações se possam revelar no seu real papel de “artistas do Invisível” (A. Kaplan), no processo social e profissional do desenvolvimento?



PROGRAMAS E PROJECTOS

© Fátima Proença, Mauritânia, 2010

1. PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO EM 2012

Guiné-Bissau / Casa dos Direitos, redes e recursos para a paz e o desenvolvimento

2012 foi o primeiro ano de funcionamento da Casa dos Direitos, com a inauguração do espaço da antiga esquadra/prisão em Fevereiro, após seis meses de obras de reabilitação, que converteram aquelas celas num espaço público que pretende ser de liberdade e outros direitos. Na inauguração, a 28 de Fevereiro, foram lançados os primeiros materiais de sensibilização produzidos pela Casa: um livro de histórias de mulheres, da autoria da jornalista Ana Cristina Pereira, que ofereceu à ACEP o seu trabalho voluntário para o efeito, uma exposição

fotográfica, com contributos de cerca de duas dezenas de autores, guineenses e de outras 8 nacionalidades, 4 documentários sobre mulheres, do tipo histórias de vida, produzidos pela TVKlélé, uma televisão comunitária. Nas actividades do dia participaram cerca de uma centena de pessoas, a sala de conferências

cheia, de origens muito diversas, desde organizações da sociedade civil, responsáveis do Estado, corpo diplomático, comunicação social, alguns ex-presos em diferentes momentos da história daquele edifício, mulheres protagonistas das histórias do livro “Desafios” (ver Capítulo “Comunicação, Informação e Sensibilização”).



Pouco mais de um mês após a inauguração a Guiné-Bissau sofreu mais um golpe de estado. Os meses que se seguiram não têm sido fáceis, a insegurança é sentida por muitos, a transição demora a completar-se.

Neste ambiente a Casa procura cumprir o objectivo para que foi concebida: um espaço de protecção e de afirmação de direitos, com actividades próprias mas também aberto às iniciativas de outros, com debates, exposições, cinema, formações. A Liga Guineense de Direitos Humanos aí passou a ter o seu escritório nacional e está em construção um centro de recursos aberto ao público (com apoio da Universidade de Aveiro) - centro que inclui um pequeno espaço de livraria, já a funcionar.

Apesar de ainda em fase inicial, a Casa tem vindo a afirmar-se pouco a pouco como uma *ilha-reservatório* da sociedade civil guineense, no meio das contrariedades do país.

Esta iniciativa envolve perto de uma dezena de ONG guineenses e portuguesas e conta com o apoio financeiro da Cooperação Portuguesa e da Fundação Calouste Gulbenkian. Mais informação em: www.casadosdireitos-guinebissau.org

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Meninos de rua: inserção e inclusão

A 1ª fase do projecto decorreu de finais de 2009 a Maio de 2011 e foi desenvolvida conjuntamente com as ONG Okutiuka (Huambo, Angola), AMIC - Associação dos Amigos da Criança (Bissau, Guiné-Bissau), Fundação Novo Futuro (S. Tomé, S. Tomé e Príncipe), contando ainda com a participação da ONGD portuguesa *Scientists in the World* e outros colaboradores da ACEP, entre os quais o ilustrador Alain Corbel que dinamizou ateliês criativos e o sociólogo Orlando Garcia que coordenou um estudo sobre metodologias de intervenção. O projecto tem procurado inovar nos modelos de apoio a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade ou em risco de exclusão, com recurso a expressões artísticas e, por outro lado, sensibilizar as respectivas sociedades para esta realidade e reforçar as capacidades das organizações parceiras neste sentido.

Em 2011 a CPLP aprovou a 2ª fase, que se iniciou em Outubro, permitindo alargar a parceria a ONG de mais três países de língua portuguesa - são estas a ACRIDES (Praia, Cabo Verde), o Fórum Comunicação e Juventude (Díli, Timor-Leste) e a Meninos de Moçambique (Maputo, Moçambique) - replicando as actividades testadas na fase anterior noutros contextos e possibilitando às organizações parceiras da 1ª fase dar continuidade às actividades de sensibilização, com base nos materiais já elaborados.

Ao longo de três anos de projecto, foram produzidos dois livros com histórias de vida de crianças e jovens ilustrados por elas próprias intitulados “Vozes de Nós - Bissau, São Tomé e Huambo” e “Vozes de Nós - Díli, Maputo, Praia”, dois estudos comparativos sobre modelos de intervenção com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade que se debruça sobre as diversas respostas existentes nos oito países da CPLP para estas situações sob o título “Engenhos de Rua”, uma banda desenhada “Storia di Mininus na Rua”, um “Manual dos Direitos da Criança”, tendo ainda sido criado o blogue www.vozes-de-

VOZES DE NÓS, DIREITOS EM REDE

Partindo de uma dimensão quase piloto, o projecto “Meninos de Rua: Inclusão e Exclusão”, financiado pela CPLP e co-financiado por duas fundações, a portuguesa Calouste Gulbenkian e a suíça Alta Mane, foi crescendo, alargando-se a novos contextos e aprofundando os conteúdos e metodologias, com resultados muito encorajadores quer ao nível das organizações envolvidas e seus beneficiários – as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade -, quer ao nível dos públicos abrangidos pelas actividades de sensibilização. À medida que fomos trabalhando, fomos percebendo a importância de tecer laços e estabelecer pontes entre organizações da sociedade civil que, apesar de intervir em contextos diferentes e terem culturas e abordagens diferentes, partilham das mesmas dificuldades, podendo beneficiar da criação de espaços conjuntos de conhecimento e reflexão. Assim, tornou-se evidente a necessidade de construir uma rede temática, no espaço da CPLP, sobre direitos das crianças e dos jovens com vista a potenciar a troca de informação, os intercâmbios e a aprendizagem mútua, a fomentar a partilha de abordagens inovadoras, bem como possibilitar acções conjuntas de advocacia e promoção dos direitos, em prol das crianças e jovens e com eles.

O caminho percorrido ao longo dos últimos três anos diz-nos que a aposta na consolidação de uma rede composta por geografias múltiplas é tão gratificante como exigente. Os desafios que temos pela frente no sentido do aprofundamento de uma visão e estratégias comuns são vários, devido nomeadamente a níveis diferentes de desenvolvimento dos países e das organizações envolvidas. As ONG que apoiam crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, desempenhando um papel complementar ao do Estado, deparam-se muitas vezes com dificuldades financeiras e materiais, devido a ciclos de financiamentos que não se coadunam com a durabilidade da sua intervenção e a põe em risco, dificultando certas vezes a manutenção e/ou captação de outros recursos, entre os quais os recursos humanos.

Face a estes desafios, teremos maior capacidade de resposta se formos capazes de construir um verdadeiro espaço de diálogo, que permita articular soluções duradouras e alavancar apoios estáveis. E aqui desenha-se outro desafio, o de conseguir meios no sentido de ir para além da rede virtual (*web*) e possibilitar espaços de encontro regulares não só entre pessoal dirigente e técnico das organizações mas também ao nível dos seus beneficiários, não havendo ninguém que saiba mais sobre direitos das crianças e jovens que os próprios.

nos.blogspot.pt, que tem funcionado como diário de bordo do projecto. O ano de 2012 foi dedicado em grande parte à continuação dos ateliês de ilustração criativa (em Dili, Maputo e Praia) e ao levantamento dos dados necessários para o estudo “Engenhos de Rua”, bem como ao seguimento das actividades de inserção com recursos a expressões artísticas (desenho, fotografia, teatro, dança) e à sensibilização de diferentes públicos sobre direitos das crianças. Desenvolvido no quadro da CPLP e com o apoio da Fundação Gulbenkian, em 2012 conseguimos um novo apoio, o da Fundação suíça Alta Mane.

Santo Antão, Cabo Verde / Reforço das condições de produção e apoio à promoção e comercialização dos produtos Sabores D’Nha Terra

Desenvolvido no quadro do Programa Integrado de Cooperação de Portugal com Cabo Verde, esta intervenção na ilha de Santo Antão, nos concelhos da Ribeira Grande e do Paúl, em parceria com a AMIPAÚL e a OADISA, iniciou-se

após cerca de 18 meses de interrupção, durante o qual decorreram as negociações para um financiamento complementar da Cooperação Portuguesa e é o prolongamento do trabalho desenvolvido desde 2007, com o apoio da Cooperação Portuguesa e da Comissão Europeia. Esta terceira fase veio responder à necessidade de reforçar o acompanhamento de algumas actividades de maior inovação técnica, mas sobretudo social (como o desenvolvimento de actividades económicas associativas, por mulheres, de transformação agro-alimentar e para um mercado mais alargado) e a potenciação dos bons resultados obtidos na instalação de sistemas de rega gota-a-gota, alargando a área, tipos de produções e agricultores abrangidos; a inclusão de novas actividades numa perspectiva de fileira, com os viveiros hortofrutícolas. Começou-se por realizar um estudo de mercado com vista a delinear estratégias para a promoção e comercialização dos produtos Sabores D’Nha Terra (doces, licores, queijo e peixe conservado), permitindo nomeadamente fazer o levantamento das exigências do mercado e identificar novos canais de comercialização. Com

vista à promoção dos produtos fora da ilha, realizaram-se dois programas televisivos que foram difundidos pela TCV em Outubro. Retomou-se um acompanhamento permanente aos diferentes grupos de produtores, tendo-se no entanto constatado que a interrupção entre os dois ciclos de financiamento foi acompanhada de alguns recuos ao nível das dinâmicas das organizações comunitárias de base com sérias incidências nas suas actividades económicas. As dificuldades encontradas pelos grupos no escoamento dos seus produtos durante esse período causaram alguma desmotivação e levaram os grupos a reduzir os níveis de produção. Por outro lado, um conjunto de situações externas ao projecto tiveram também consequências significativas na implementação de algumas actividades, tendo sido necessário solicitar o prolongamento do projecto por mais alguns meses.

Portugal / e-storias d´igualdade

Envolvendo profissionais e estudantes das áreas da comunicação, o projecto pretende contribuir para a eliminação dos estereótipos de género, questionando a forma como as mensagens jornalísticas e a publicidade contribuem para des/construir os estereótipos associadas à feminilidade e à masculinidade. O projecto arrancou em Setembro de 2011, com um financiamento do QREN/POPH - Tipologia 7.3, e está a ser implementado na região Norte, distritos de Porto e Braga. Em 2012 deu-se início às primeiras actividades de terreno, tendo-se realizado três tertúlias temáticas (género e cultura, género e economia, género e educação) abertas ao público em geral, onde se pretendia cruzar perspectivas e abordagens diferentes trazendo sempre para a mesa representantes dos media e representantes da sociedade civil; e dois workshops sob o lema “Comunicar com igualdade”, um primeiro com estudantes de comunicação com vista a reflectir sobre a linguagem e imagens veiculadas pelos media, e um segundo com organizações da sociedade civil



e jornalistas, com vista a criar espaços comuns de diálogo e trabalho no sentido de questionar e desconstruir os estereótipos de género. Foi também criado um site www.e-storiasdigualdade.com, suporte para as *digital storytelling* de mulheres e homens cujas histórias de vida são uma possível porta de entrada para o debate em torno dos estereótipos e dos direitos na nossa sociedade. No segundo semestre arrancou o programa de mentoria, um espaço de formação informal onde estudantes e profissionais de comunicação questionam o papel dos media na re/produção de estereótipos.

2. PROJECTOS COM FINANCIAMENTO TERMINADO EM 2012

Guiné-Bissau / Mulheres e Desenvolvimento, auto-emprego e auto-confiança

Com início em Janeiro de 2010 e desenvolvido em parceria com a ONG guineense Rede Ajuda, este projecto visou aumentar os impactos das intervenções anteriores desenvolvidas nos sectores de Tite e Fulacunda, na região de Quínara, desde 2007, estendendo-os a uma área geográfica maior e lançando também novas actividades. Financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, a intervenção centrou-se na cidade de Buba e no sector de Fulacunda, com o apoio ao desenvolvimento de actividades económicas das mulheres e dos jovens, como a reabilitação e dinamização de uma unidade de seca e salga de

peixe (Bubacalhau) e a criação de uma unidade artesanal de fabrico de sabão. As dinâmicas criadas ao longo de 2010 e 2011 tornaram evidente a necessidade de explorar complementaridades e conduziram a uma segunda fase, que se prolongou até Março de 2012, e se centrou no reforço de actividades já



em curso, melhorando a qualidade na produção de sabão por exemplo e, por outro lado, no apoio a actividades complementares, como o apoio às mulheres produtores de sal e aos pescadores, reforçando as suas capacidades de produção, numa perspetiva de uma acção integrada, contribuindo assim para o desenvolvimento da fileira do peixe. Um dos impactos mais significativos nesta fase foi a alteração na técnica de produção do sal, no seguimento de um intercâmbio realizado no norte do país, tendo o grupo de mulheres produtoras passado a fazer “sal solar”, que é naturalmente iodado, aumentando assim a rendibilidade e trazendo benefícios quer para a saúde, quer para o meio ambiente, evitando-se assim a desmatção e diminuindo o esforço físico das produtoras.

S. Tomé e Príncipe / Reforço da Federação de ONG de S. Tomé e Príncipe

O projecto de reforço institucional da Federação de ONG de S. Tomé e Príncipe (FONG-STP) teve início em Novembro de 2009, terminando a primeira fase em Maio de 2011. A segunda fase teve que aguardar o calendário de financiamento da Cooperação Portuguesa, tendo neste intervalo sido realizadas algumas actividades, garantindo a transição, graças a um apoio financeiro da Cooperação Francesa, negociado durante a primeira fase pela FONG e a ACEP.

A segunda fase do projecto decorreu de Janeiro a Dezembro de 2012, tendo sido dada continuidade ao programa de formação, com vista à capacitação das ONG em S. Tomé e Príncipe, em áreas por elas identificadas como prioritárias, como o ciclo de projectos ou boa governação e transparência. Também foi dada continuidade ao programa de comunicação, com a edição de Boletins Informativos trimestrais e a realização de dez programas radiofónicos em colaboração com a Rádio Nacional. Em Dezembro

realizou-se uma segunda mesa-redonda subordinada ao tema “O Papel das OSC e as Políticas Públicas” que reuniu um leque diversificado de participantes - membros das ONG filiadas na FONG-STP, outras organizações da sociedade civil e outros actores do desenvolvimento como jornalistas e investigadores - e cuja síntese foi editada em formato papel e [online](#).

O final de 2012 coincidiu ainda com o termo das obras e o apetrechamento do primeiro módulo da nova sede da FONG-STP, correspondente ao centro de recursos.

O apoio da Cooperação Portuguesa foi essencial para criar condições que permitam potenciar o papel da FONG-STP ao nível da sociedade civil, bem como afirmá-la como interlocutor privilegiado do Estado e dos actores internacionais do Desenvolvimento.

Nos próximos três anos, iremos continuar a trabalhar com a FONG-STP ao nível da capacitação, comunicação e advocacia, num projecto financiado pela União Europeia e co-financiado pelo CICL.

Portugal / Alfabeto do Desenvolvimento

Este projecto de Educação para o Desenvolvimento iniciado em Outubro de 2011, em parceria com o Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA/ISEG) e a Associação In Loco, e co-financiado pela Cooperação Portuguesa, procurou criar instrumentos e oportunidades de uma melhor e mais plurifacetada compreensão da temática do Desenvolvimento. A proposta assentava na criação de um alfabeto, cada letra um conceito ou um tema, a ter tratado em três tipos de linguagens: a da investigação académica, a do jornalismo e a da fotografia. Como resultado, foram produzidos um livro/catálogo, uma exposição fotográfica itinerante e um blogue com todos os recursos disponíveis. Envolvendo várias dezenas de autores, foi possível criar produtos muito apelativos, pela qualidade e diversidade de olhares, suscitando debates em universidades, politécnicos e espaços municipais. Iniciou-se já a preparação, para 2013, de um percurso da exposição e discussão em torno dos conceitos, nos PALOP.



3. PROPOSTAS APROVADAS, A INICIAR EM 2013

S. Tomé e Príncipe / Comunicação capacitação e advocacia

O projecto tem como objectivo contribuir para melhorar a capacidade das organizações da sociedade civil no diálogo político e social, para a monitoria das políticas públicas e da gestão dos recursos naturais. A proposta, apresentada à CE em parceria com a Federação de ONG de S. Tomé e Príncipe, para um período de três anos, vai procurar desenvolver capacidades e iniciativas no domínio das políticas públicas, com acções de informação, comunicação, capacitação e debate sobre transparência e boa governação. Este projecto vem assim na sequência do trabalho realizado nos últimos anos com a FONG, de reforço das ONGs e da própria FONG.

Guiné-Bissau / Segurança alimentar e gestão durável dos recursos

Ao longo de 2013, a ACEP e a Rede Ajuda irão desenvolver um projecto de segurança alimentar na região de Quínara, Guiné-Bissau, onde vem intervindo neste domínio há já alguns anos. Esta acção realizada em parceria com a ATA e o centro de investigação português IHMT, tem como objectivo combater os níveis de insegurança alimentar e aumentar o bem-estar socioeconómico daquela região. Pretende-se assim contribuir para o aumento das capacidades produtivas, de transformação e comercialização de produções agrícolas e pecuárias e reforçar as capacidades técnicas e de gestão das organizações comunitárias de base dos quatro sectores de Quínara. Este projecto conta com financiamento da União Europeia, no quadro do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais, e da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do apoio a projectos de segurança alimentar nos PALOP.

Guiné-Bissau / Impunidade, Injustiça e Insegurança: violações intoleráveis dos direitos humanos

Em 2012 a Liga Guineense de Direitos Humanos apresentou a candidatura a financiamento deste projecto, no quadro do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais da União Europeia, em colaboração com a ACEP. O projecto tem como objectivo trabalhar áreas de fortalecimento do estado de direito, da boa governação e da segurança humana a dois níveis: por um lado, aprofundar o conhecimento do problema da impunidade, como questão central, nas suas diversas vertentes ao longo da história recente do país; e, por outro, actuar no domínio da sensibilização de vários quadrantes da sociedade guineense para a construção de formas de lhe fazer face. Com início em Janeiro de 2013, será encerrado com uma conferência internacional, em que seja possível cruzar várias experiências de outros países que se viram a braços com problemas de violência, injustiça, fragilidades dos estados, entre outros.

ACEP E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

A ACEP voltou a integrar, em Janeiro de 2012, a Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD, num momento complexo e difícil tanto para a sociedade portuguesa no seu conjunto como para o sector da Cooperação e da Educação para o Desenvolvimento, marcado pela incerteza de um rumo para o sector e por grandes mudanças - como a fusão do IPAD com o Instituto Camões e alterações drásticas nas orientações das linhas de financiamento, entre outras - sinónimas de recuos nalguns domínios.

A ACEP aceitou o convite para um mandato de três anos por acreditar poder contribuir tanto ao

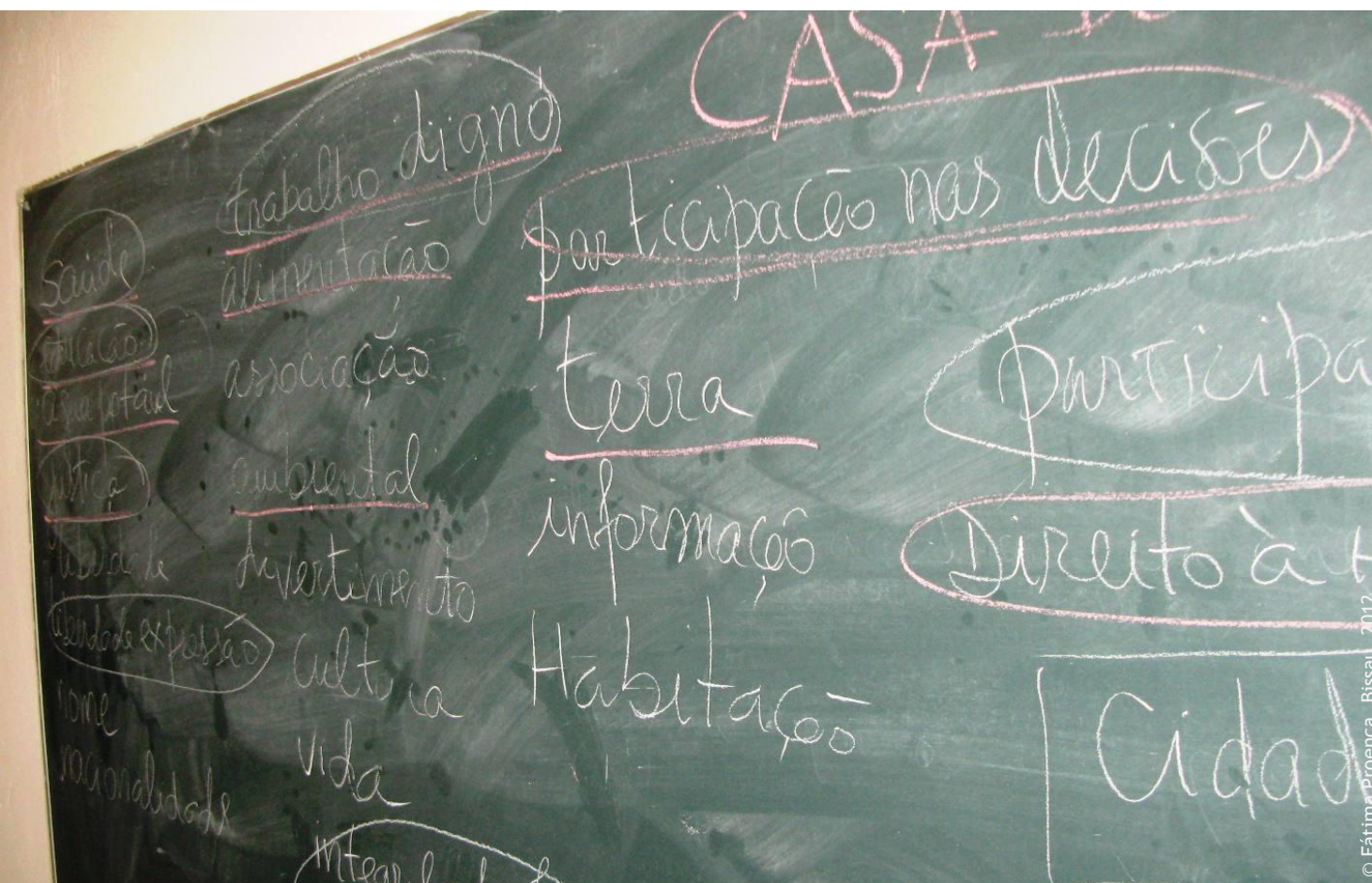
nível da reflexão estratégica como para a *advocacy* e a sensibilização junto dos diferentes interlocutores e públicos, com base na experiência acumulada ao longo de dois mandatos anteriores (2002-2008). Assim, tem acompanhado o debate nacional e contribuído, no quadro da Direcção, para a elaboração de um conjunto de documentos de posição da Plataforma como Propostas das ONGD para o Futuro da Cooperação Portuguesa e Um ano de (des)governança da Cooperação Portuguesa, bem como para a reflexão com vista à elaboração de um Plano Estratégico.

Em termos de áreas de trabalho, a ACEP ficou também responsável pela Comunicação tendo, ao longo do ano de 2012, dinamizado o processo de renovação comunicação da plataforma com os membros e com a sociedade, tanto ao nível dos conteúdos como da imagem gráfica e dos suportes de comunicação da Plataforma (Logotipo, Website, Newsletter, Informação Semanal. Foi também criada uma Revista digital, com outro tipo de conteúdos, numa base periódica. Em conjunto, tratou-se de um processo que visou melhorar a eficácia destes

suportes e, por outro lado, incrementar a difusão de conteúdos próprios, aliando qualidade da informação a uma imagem mais apelativa.

Grupo de Trabalho *Aid Watch*

Desde 2006 (data de criação do grupo), que a ACEP mantém a participação no grupo de trabalho *Aid Watch*, criado em Portugal no quadro de uma iniciativa da rede das ONGD europeias, a CONCORD. Em 2012, a ACEP aprofundou o trabalho nesta área, ao responsabilizar-se pela elaboração do relatório *Aid Watch* de 10 anos da Cooperação Portuguesa e de um estudo sobre o processo de Eficácia do Desenvolvimento levado a cabo pelas Organizações da Sociedade Civil (ver caixa da página 18). No contexto deste grupo temático, a ACEP tem procurado trazer para o contexto português os debates internacionais sobre a qualidade do Desenvolvimento, com vista à apropriação nacional, em particular pelas Organizações da Sociedade Civil; e, por outro lado, monitorar os compromissos que o Estado português assume a nível internacional nesta área.



EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO

Tem sido uma marca da ACEP a preocupação de sistematizar experiência e contribuir para a construção de conhecimento na área do Desenvolvimento e da Cooperação. Trata-se quase sempre de processos colectivos, que envolvem parceiros, colaboradores, pessoas recurso, instituições convidadas, cruzando várias áreas de intervenção e do conhecimento, assim como diferentes geografias. Mas podem ser também iniciativas de outros, a que a ACEP corresponde, por razões de vária ordem. Destacam-se aqui algumas contribuições e iniciativas que se enquadraram nesta perspectiva em 2012.

Observatório de África e da América Latina / O tratamento dado à informação sobre África pelos Media



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Próximo Next Futuro Future

CINEMATECA PRÓXIMO FUTURO

BREVE SELECÇÃO DO CICLO

ÁRABE "EM TRANSIÇÃO"

23/24.11.2012, 18h30
Fundação Calouste Gulbenkian, Auditório 3
Legendagem em português / Entrada livre*

23.11

ATEF
de Emad Mahor
Egito, 2009. Ficção/Curta-Metragem
Duração 30'. Língua Original: Árabe

24.11

COM OS PÉS ASSENTES NA TERRA
de Amine Hattou
Argélia, 2011. Ficção/Curta-Metragem
Duração 30'. Língua Original: Árabe

MASCARADAS
de Lyès Salem
França/Argélia, 2008. Ficção/Curta-Metragem
Duração 50'. Língua Original: Árabe

24.11.2012, 10h00-18h00
Fundação Calouste Gulbenkian, Auditório 3
Entrada Livre / Participação simultânea (ES-PT-FR-ES-FR)

10h00

RICHARD KAPUSCINSKI: "EM CAMPO E NO TERRENO"
por António Pinto Ribeiro

A ILUSÃO DA ÁFRICA CONHECIDA
por Eládio Macário

ÁFRICA NÃO É UM PAÍS
por Lúcia Huetto Machado

14h30

DE QUE ÁFRICAS NOS FALAM AS IMAGENS?
por Fátima Proença

INFLUÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E EMPRESARIAIS NA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS EM ÁFRICA
por José Gonçalves

EDIÇÕES BARZAKH
por Sofiane Hadjag

ATWORK
por Kátia Angelina

Informações:
proximofuturo@gulbenkian.pt
Tel. (+351) 217 825 529

Fundação Calouste Gulbenkian
Av. de Berna 45A, 1067-001 Lisboa

Consulte a programação em
www.proximofuturo.gulbenkian.pt

*Entrada livre sujeito a lugares disponíveis. Os bilhetes deverão ser levantados no próprio dia, entre as 12h00 e as 18h00 (2 bilhetes por pessoa).

O Observatório de África é uma iniciativa do Programa Próximo Futuro da Fundação Calouste Gulbenkian. Em 2011 a Directora da ACEP tinha sido convidada a aí apresentar uma contribuição. Em 2012 o convite estendeu-se à coordenação da 4ª edição do Observatório, num tema a que a ACEP tem estado bastante atenta: o tratamento da informação sobre África nos media. Reunindo um dia em Lisboa contributos de jornalistas e investigadores europeus e africanos, foi possível cruzar perspectivas, tendo a contribuição da Fátima Proença sido sob o tema das imagens: “De que áfricas nos falam as imagens”. A preparação desta sessão do Observatório incluiu também algum trabalho com jornalistas, aproveitando a passagem em Lisboa de pessoas e de um tema que não estão muito presentes nos media portugueses. A Directora da ACEP foi, no final, a convidada do programa “Grande Entrevista” da RTP África.

Alfabeto do Desenvolvimento



O Alfabeto do Desenvolvimento (pp. 12) propõe-nos 26 entradas em três diferentes abordagens - jornalística, académica e fotográfica - sobre um mesmo conceito relacionado com o Desenvolvimento. Resultado de um projecto de Educação para o Desenvolvimento realizado em parceria com um centro de investigação e uma associação de desenvolvimento local, o Alfabeto constitui-se como uma prosposta inovadora de

reflexão sobre o mundo e sobre o Desenvolvimento, seja de forma holística, seja fragmentada. A construção do Alfabeto contou com o contributo de muitos - desde investigadores e jornalistas a fotógrafos - que, em leituras autónomas, se nos apresentam a sua perspectiva sobre os conceitos propostos. Ao longo do projecto, os textos e imagens foram o ponto de partida para discussões sobre a Cooperação e o Desenvolvimento, sobretudo, em contexto académico, realizadas em parceria com professores de Escolas Superiores de Educação. O livro foi distribuído nas diversas sessões de apresentação da exposição e encontra-se também disponível para consulta em bibliotecas municipais. A edição de 1.500 exemplares está praticamente esgotada.

Mesa Redonda e Publicação / A Sociedade Civil e as Políticas Públicas em São Tomé e Príncipe

Enquadrada no projecto de Reforço da Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, desenvolvido pela FONG-STP em parceria com a ACEP, foi organizada uma mesa redonda em São Tomé para debater o papel das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na formulação e monitorização de políticas públicas. O encontro permitiu reunir membros das ONG associadas da FONG-STP e outras OSC e debaterem com jornalistas e investigadores questões tão importantes como a governação interna das OSC e a promoção do diálogo entre sociedade civil e o Estado ou a sociedade civil e os media. Da mesa redonda resultou uma publicação que reúne os contributos apresentados na sessão, bem como documentos-chave e outras leituras sobre esta temática.

Tertúlia / O Desenvolvimento e os Media em Portugal



A tertúlia, organizada pela Plataforma Portuguesa das ONGD a propósito do Dia Internacional da Informação sobre o Desenvolvimento (24 de Outubro), partiu da apresentação do documentário “Triângulos Imperfeitos”, produzido pela ACEP e realizado por Paulo Nuno Vicente. O debate procurou questionar o espaço do Desenvolvimento na agenda dos OCS em Portugal e contou com a participação da ACEP e de quatro jornalistas portugueses na mesa redonda.

INVESTIGAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ADVOCACIA SOBRE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A investigação, a sistematização de experiências e abordagens à Cooperação e ao Desenvolvimento e advocacia social têm sido áreas transversais a diversos projectos desenvolvidos pela ACEP. Em 2012, a ACEP procurou aprofundar o seu trabalho de reflexão e investigação sobre Desenvolvimento, em colaboração com outros e articulando com a experiência empírica adquirida em quase duas décadas de Cooperação para o Desenvolvimento.

É exemplo disso um estudo, produzido no âmbito do projecto “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção”, que analisa e compara modelos de intervenção com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade nos países da CPLP, sistematizando experiências dos parceiros e outras instituições dos oito países e perfazendo um total de 32 entidades analisadas. Este estudo constitui-se como o início de uma trajectória de reflexão sobre modelos de intervenção nesta área que merecerá uma análise mais aprofundada numa fase posterior do projecto, caso seja aprovada uma terceira fase de financiamento. O estudo será editado em livro (formato digital) em 2013.

Ao nível do contributo da ACEP para o conhecimento e melhoria de políticas públicas, neste caso na área da migração, foi elaborado um estudo sobre o impacto da migração interna em Timor-Leste, desenvolvido no quadro de um programa do Observatório das Migrações ACP. O estudo procurou fazer um levantamento sobre a migração irregular no contexto timorense, facultando o seu contributo para a melhoria dos padrões de migração interna naquele país.

No domínio da pesquisa e advocacia sobre a política de cooperação para o desenvolvimento portuguesa, a ACEP tem participado activamente no grupo *Aid Watch*, da Plataforma Portuguesa das ONGD, tendo sido responsável, em 2012, pela elaboração de um estudo de análise e monitorização de quase uma década de Cooperação Portuguesa.

Além deste trabalho de advocacia, centrado na política de Cooperação e nos factores externos que condicionam o trabalho também das Organizações da Sociedade Civil, a ACEP tem vindo a reflectir, já há alguns anos, sobre questões inerentes ao trabalho das organizações. Questões como o debate sobre a identidade, a ética e a governação internas das OSC ou sobre a qualidade da intervenção e parcerias têm merecido a reflexão e o contributo da ACEP que acompanha estes debates sobre a qualidade do trabalho das OSC a nível nacional e internacional.



© Liliana Azevedo, Huambo/Angola 2012

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

No que diz respeito a instrumentos de informação, sensibilização e debate, a ACEP tem vindo a explorar as potencialidades da comunicação electrónica, seja através da participação nas redes sociais, seja com a criação de espaços, sob o formato de blogue, expressamente concebidos para objectivos muito concretos. Este tipo de recursos pretendem assim responder a dois tipos de necessidades:

- por um lado, as relativas às actividades de projectos, tornando acessíveis as suas iniciativas e resultados e,

- por outro, as necessidades de abrir a casa e as suas actividades ao escrutínio externo, através da partilha de informação de diversos tipos com um público mais amplo, tanto de pessoas individuais como de instituições.

www.acep.pt - um sítio onde se pode encontrar a acep



A partir de 2011 foi tomada a opção clara de que este é um meio de informação eventualmente mais “estático”, onde se encontra a informação de base, que não tem actualização permanente. Esta solução assenta na preocupação de uma gestão interna criteriosa de recursos, numa

perspectiva de não exigir um investimento desproporcionado com a actualização do sítio, antes promovendo a sua articulação com outros recursos mais dinâmicos, que espelham com maior actualização a dinâmica da organização (como a newsletter mensal e os blogues dos projectos).

Cantos do Sul - todos os meses ao encontro de muitos

OS DESAFIOS: REFORÇAR CUMPLICIDADES, ARRISCAR A INOVAÇÃO

Cantos do Sul

Actualmente com mais de 1.000 subscritores, a *newsletter* divulga, com periodicidade mensal, as actividades da acep e seus parceiros, incluindo ainda sugestões de leitura, sites de referência, blogues, entre outros.

Alfabeto do Desenvolvimento - um livro/catálogo e um site acessível a muitos projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento

Há diversas formas de consultar os textos e imagens das 26 entradas que compõem o Alfabeto do Desenvolvimento e que ultrapassam fronteiras e geografias: o livro-catálogo, a exposição itinerante que durante os meses de financiamento do projecto percorreu 10 cidades portuguesas - de norte a sul do país e que no início de 2013 iniciou a sua itinerância também nos PALOP; e, por fim, o sítio electrónico, acessível através de uma ligação à internet.

Casa dos Direitos / Guiné-Bissau
www.casadosdireitos-guinebissau.org

As actividades desenvolvidas no âmbito da iniciativa Casa dos Direitos, na Guiné-Bissau, passam também pelo sítio online - tertúlias, debates, apresentações, livros e informação

sobre a Casa. Em breve estará também disponível online o Centro de Recursos com bibliografia especializada sobre Direitos Humanos.

e-storias d'igualdade
www.e-storiasdigualdade.com



No âmbito do projecto “E-Storias d’Igualdade, a ACEP criou o site homónimo, através do qual são divulgadas as diversas actividades desta iniciativa, nomeadamente informação sobre as tertúlias, os *workshops*, o programa de mentoria e os *storytelling* - micronarrativas que procuram

desafiar e desconstruir esterótipos de género. O site inclui ainda bibliografia especializada e links úteis sobre esta temática.

Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento
www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com

O blogue “Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento” é um dos instrumentos de informação e debate lançados pela ACEP, no âmbito do projecto de *advocacy* “Portugal e África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento”, que terminou o período de financiamento no final de 2011. Trata-se de um *sítio online*, que continua a ser actualizado, reunindo informação sobre a qualidade da Cooperação e do Desenvolvimento. Procura acompanhar o debate internacional sobre as actuais e novas tendências da Cooperação para o Desenvolvimento e tornar acessível a muitos - actores da cooperação, investigadores, estudantes, entre outros, - documentação de referência em permanente actualização. A par

do blogue, é divulgada com periodicidade regular uma *newsletter* que chega à caixa de correio electrónico de cerca de 500 subscritores.

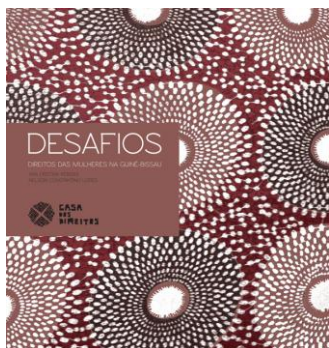
Vozes de Nós - um blogue e o segundo volume do livro
www.vozes-de-nos.blogspot.com



Em 2012 foi editado o segundo volume do *Vozes de Nós*, desta feita com histórias e ilustrações de crianças e jovens de Díli, Maputo e Praia - países que integraram a segunda fase do projecto “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção”. Além das

publicações, mantém-se activo o blogue Vozes de Nós, que vem acompanhando todas as actividades - desde ateliês criativos nos vários países às experiências de intercâmbio e às publicações elaboradas no âmbito deste projecto. Trata-se de dois exemplos de instrumentos de comunicação e de sensibilização que podem ser utilizados em múltiplos contextos na promoção dos direitos das crianças.

Desafios - Direitos das Mulheres na Guiné-Bissau



primeira publicação, lançado no dia da inauguração da Casa. DESAFIOS reúne assim

Esta obra inaugurou uma colecção de publicações da Casa dos Direitos dedicada aos direitos humanos. O primeiro ano da Casa foi dedicado aos direitos das mulheres, tema também da

histórias de mulheres guineenses, recolhidas por todo o país pela jornalista portuguesa Ana Cristina Pereira e ainda uma análise de contexto da autoria do coordenador da Casa, Nelson Constantino Lopes.

52 Histórias

www.52historias.org

Em 2011, o blogue “52 Histórias” desfiou todas as semanas uma nova história do livro-agenda perpétua lançado em 2010.

Para além do blogue, o projecto incluiu a edição em livro, à venda na loja online ACEP. Em 2012 o blogue recupera as histórias publicadas em 2011.

Facebook

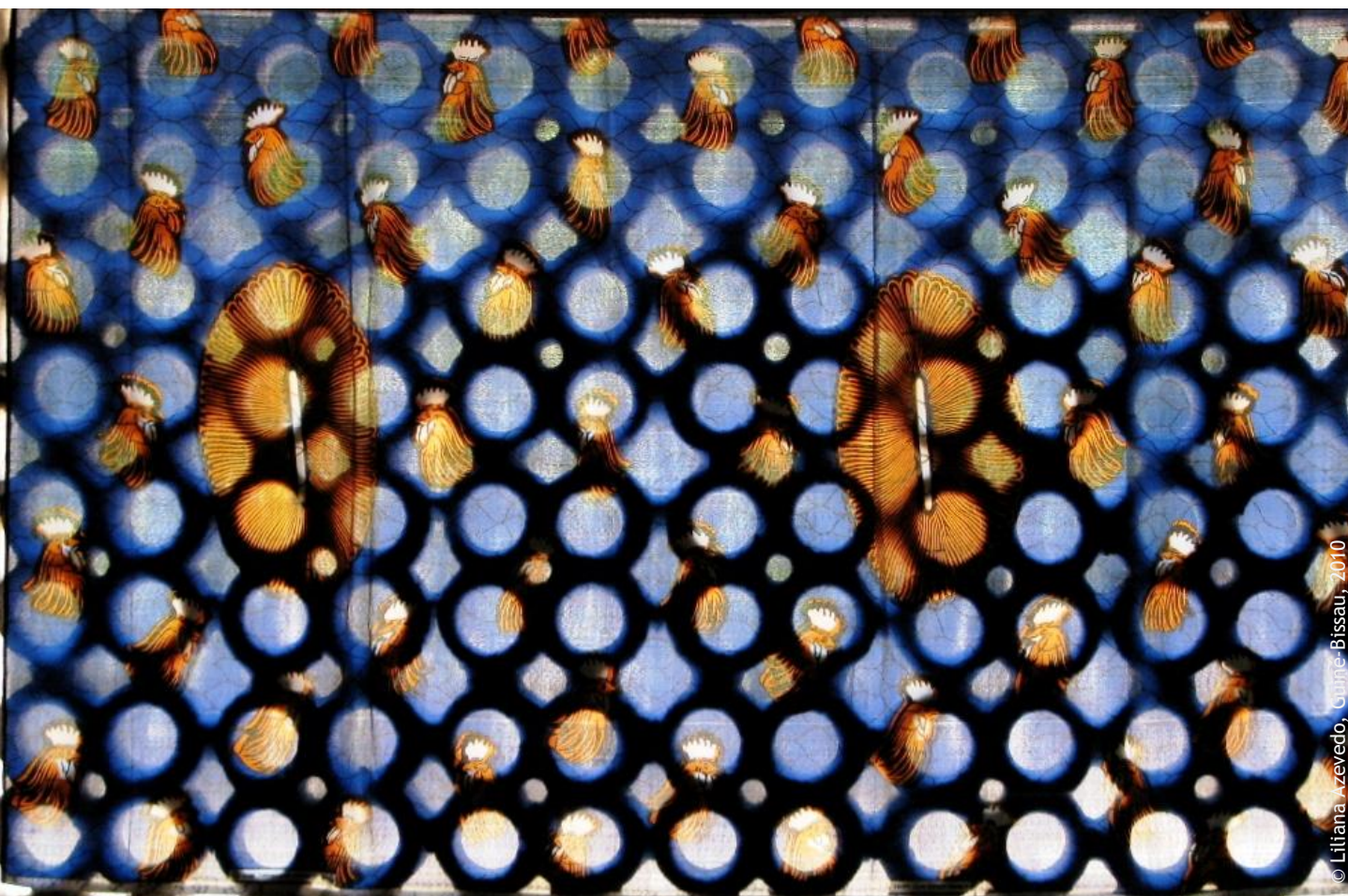
www.facebook.com/ACEP.ONGD

www.facebook.com/estoriasdigualdade



Em Novembro de 2010, a ACEP aderiu ao Facebook com o objectivo de divulgar, a um

público cada vez mais vasto, as diversas actividades que realiza. Em certa medida, o Facebook funciona como agregador da informação que a ACEP publica noutras plataformas digitais - desde o site e *newsletters* aos blogues - além de acompanhar também o dia-a-dia da organização. Para além da página oficial da organização, a ACEP criou também um perfil para o projecto e-stórias d'igualdade, onde irá disponibilizar informação das actividades realizadas no âmbito do projecto.



OS RECURSOS DA ACEP

OS RECURSOS HUMANOS

O quadro de recursos humanos permanentes e remunerados da ACEP em 2012 não sofreram alterações e incluem: 1 Directora Executiva, 1 Coordenadora de Projectos, 1 Técnica de Informação e Comunicação, 1 Gestora Financeira de Projectos e 1 Técnico Oficial de Contas.

Em prestações pontuais contaram-se:

- 1 Criativa no domínio do *design*, com muita regularidade
 - 1 Contrato com um Revisor Oficial de Contas para auditoria às contas da ACEP
 - 1 Contrato de Assistência Técnica Informática
- Em prestação permanente não remunerada:

- 1 Assessora Jurídica pro bono.

Para além disto, a ACEP manteve colaborações regulares, em torno de projectos e iniciativas, de especialistas nos domínios da formação,

investigação em áreas como o Desenvolvimento, Avaliação ou Políticas Sociais, garantindo contribuições de muita qualidade em projectos de Cooperação (como o projecto “Meninos de Rua”, ou a “Casa dos Direitos”), e também em projectos desenvolvidos em Portugal (“Alfabeto do Desenvolvimento”). No total, envolve para cima de 20 pessoas regularmente. Como dizíamos no relatório de 2011, o maior desafio continua a ser o poder manter o núcleo permanente central e as prestações pontuais altamente profissionais com que tem contado (de que depende a reconhecida qualidade do trabalho desenvolvido), no clima de incerteza agravada que vivemos.

OS RECURSOS FINANCEIROS

Em 2012 a ACEP recebeu novos fundos num montante de 291.800 euros (432.197 euros em 2011), registando um corte substancial nos novos fundos disponíveis. A diminuição da parte das instituições públicas portuguesas é responsável pela maior quota da quebra registada, já que passou de cerca de 259.000 euros para 159.000. Paralelamente registaram-se pequenos aumentos dos fundos europeus (situados em 20%) e uma quebra considerável dos fundos privados nacionais.

No entanto o volume de fundos europeus registados na contabilidade da ACEP é muito inferior ao dos projectos em que a ACEP está envolvida, pelo facto de se tratar de projectos em que os parceiros africanos são também formalmente os proponentes. Estão neste caso

dois projectos na Guiné-Bissau, contratualizados em 2012, que representam um volume financeiro anual de 200.000 euros.

A geração de fundos próprios manteve-se estável, aumentando assim percentualmente para 7% do total. Deve-se este desempenho importante às actividades de investigação e outras realizadas sob a forma de prestação de serviços.

A nota mais preocupante regista-se na situação da Cooperação Portuguesa, pondo em causa uma linha de contínuo desenvolvimento que se vinha registando nos últimos anos.

Assim, a restrição ao financiamento por via da alteração das normas de candidatura acaba por ser uma forma enviesada de fazer cortes substanciais por via da retracção das próprias ONGD, que deixam de apresentar propostas da forma que o faziam anteriormente.

É por exemplo o caso dos projectos a desenvolver em Portugal, onde o número de projectos apresentados se reduziu drasticamente, permitindo uma leitura pouco séria dos resultados da candidatura, do tipo, “mesmo em situação de crise foi possível

	2007 (€)	%	2008 (€)	%	2009 (€)	%	2010 (€)	%	2011 (€)	%	2012(€)	%
Fundos públicos portugueses	70.671	21	157.004	49	144.421	42	220.496	53	259.306	60	159378	55
Fundos europeus	233.036	68	122.849	39	88.727	26	57.665	14	39.120	9	58041	20
Fundos multilaterais	0	0	0	0	71.593	21	92.295	22	58.129	13	42847	15
Fundos privados e fundos próprios	38.641	11	39.413	12	36.922	11	39.118	11	75.641	18	31534	10
Total	342.348	100	319.266	100	341.663	100	409.574	100	432.197	100	291800	100

financiar a maior parte dos projectos apresentados”. De facto, como as normas dão prioridade a projectos de co-financiamento europeu, a leitura feita pelas ONGD é a de que os fundos serão distribuídos por 3-4 ONGD, não compensando o esforço de elaboração de novas propostas.

Esta área de trabalho, de Educação para o Desenvolvimento, é aliás aquela onde se torna extremamente difícil para a maioria das ONGD portuguesas acederem, já que o nível de competição por recursos é muitíssimo elevado, são priorizados os projectos realizados em consórcios incluindo de ONGD de países do leste

européu e de grande dimensão. Assim sendo, não têm chances praticamente projectos que não sejam um formato “válido para qualquer contexto” e que não tenham uma dimensão financeira muito considerável.

SISTEMAS DE CONTROLE EXTERNO

A ACEP tem como bases principais do sistema de controle externo as seguintes: realização de auditorias independentes a projectos; realização de auditoria independente à ACEP, globalmente; a divulgação do Relatório de auditoria à ACEP no site da organização; inclusão no Relatório Anual da informação sobre montantes e origens dos financiamentos; divulgação de Relatório de Actividades e Financeiro no site da ACEP. No ano de 2012 foram objecto de auditoria externa, com relatórios sem menção de qualquer ênfase, os seguintes projectos: Casa dos Direitos (Guiné-Bissau); Portugal e África, Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento (Portugal).

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

ACEP - Associação Para Cooperação Entre Povos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS em 31 de Dezembro 2012

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2012	2011
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		49.235,48	25.503,49
Subsídios, doações e legados à exploração.....		389.283,84	280.613,29
Variação nos inventários da produção.....			3.368,47
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		-201,18	-759,24
Fornecimentos e serviços externos.....		-351.398,95	-243.968,55
Gastos com o pessoal.....		-83.343,75	-69.246,34
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....		-81,41	2.772,22
Provisões (aumentos/reduções).....			
Provisões específicas (aumentos/reduções).....			
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		10.843,31	13.237,55
Outros gastos e perdas.....		-2.904,99	-5.966,32
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.432,35	5.554,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		-1.803,94	-1.960,27
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.628,41	3.594,30
Juros e rendimentos similares obtidos.....		180,74	247,59
Juros e gastos similares suportados.....		-27,07	-264,92
Resultado antes de impostos		9.782,08	3.576,97
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		9.782,08	3.576,97

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2012

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....		1.193,79	2.760,87
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento.....			
Activos intangíveis.....			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros...			
		1.193,79	2.760,87
Activo corrente:			
Inventários.....		7.969,91	13.447,04
Clientes.....		585,14	974,79
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....		64,65	1.051,31
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros...			
Outras contas a receber.....		124.491,84	118.874,73
Diferimentos.....		559,07	848,05
Outros activos financeiros.....			
Caixa e depósitos bancários.....		44.312,28	247.964,86
		177.982,89	383.160,78
Total do Activo		179.176,68	385.921,65

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2012

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos			
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados.....		27.317,75	27.018,18
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações nos Fundos patrimoniais.....			
		27.317,75	27.018,18
Resultado líquido do período.....		9.782,08	3.576,97
Total do fundo de capital		37.099,83	30.595,15
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....			397,59
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....		4.134,89	2.623,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros...			
Financiamentos obtidos.....			
Diferimentos.....		127.310,07	341.668,00
Outras contas a pagar.....		10.632,09	10.636,55
Outros passivos financeiros.....			
		142.076,85	355.326,50
Total do passivo		142.076,85	355.326,50
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		179.176,68	385.921,65